



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2009

AGREGADO I

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
<i>Agregada</i>	<i>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação</i>

SUMÁRIO

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	4
<i>RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO.....</i>	<i>4</i>
ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	7
<i>RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE</i>	<i>7</i>
<i>ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....</i>	<i>8</i>
<i>PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE:.....</i>	<i>12</i>
<i>Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome</i>	<i>12</i>
<i>DESEMPENHO OPERACIONAL.....</i>	<i>22</i>
<i>DESEMPENHO OPERACIONAL.....</i>	<i>37</i>
<i>PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>	<i>43</i>
<i>Programação de Despesas Correntes</i>	<i>43</i>
<i>Programação de Despesas de Capital</i>	<i>43</i>
<i>Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....</i>	<i>43</i>
<i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	<i>43</i>
<i>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....</i>	<i>44</i>
<i>Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....</i>	<i>44</i>
<i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....</i>	<i>45</i>
<i>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO</i>	<i>46</i>
<i>EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....</i>	<i>46</i>
<i>INDICADORES INSTITUCIONAIS.....</i>	<i>46</i>
ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	47
<i>COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....</i>	<i>47</i>
<i>CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM.....</i>	<i>50</i>
<i>INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS</i>	<i>50</i>
<i>ANÁLISE CRÍTICA</i>	<i>50</i>
ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	52
<i>RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....</i>	<i>52</i>
ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	53
<i>PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR</i>	<i>53</i>
ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	54
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	55
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	56
ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	57
<i>RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS CONCEDIDAS PELA UJ.....</i>	<i>57</i>

<i>ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009</i>	<i>58</i>
<i>ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009</i>	<i>59</i>
<i>ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009</i>	<i>60</i>
<i>ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009</i>	<i>61</i>
<i>ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009</i>	<i>62</i>

Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009.

Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		Código SIORG: 001945	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 001945	Código na LOA: 55101	Código SIAFI: 550003	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1084	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600, CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	ativa	-	
Diretoria de Programas	ativa	-	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação			
Denominação abreviada: SAGI			
Código SIORG: -	Código na LOA: -	Código SIAFI: 550010	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1502	-	(061) 3433-1598
Endereço eletrônico: luziele.tapajos@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/saqi/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 4º Andar, Sala 409, CEP – 70.046-906 – Brasília (DF)			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	
PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Texto (identificação da norma e data de publicação)	
GUIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME: http://www.mds.gov.br/portalfederativo/	
PROGRAMA FOME ZERO: http://www.fomezero.gov.br/	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
A UG Executora referente à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação está classificada no SIAFI com o código 550010. Entretanto, trata-se de uma Unidade Gestora inativa e as ações orçamentárias sob a responsabilidade desta Secretaria são executadas por diversas Unidades Gestoras, listadas a seguir:	
Código SIAFI	Nome
114601	Fundação IBGE-Administração Central/RJ
114602	Unidade Estadual do IBGE em Rondônia
114603	Unidade Estadual do IBGE no Acre
114604	Unidade Estadual do IBGE no Amazonas
114605	Unidade Estadual do IBGE em Roraima
114606	Unidade Estadual do IBGE no Para
114607	Unidade Estadual do IBGE no Amapá
114608	Unidade Estadual do IBGE no Maranhão
114609	Unidade Estadual do IBGE no Piauí
114610	Unidade Estadual do IBGE no Ceara
114612	Unidade Estadual do IBGE no Rio G. Norte
114613	Unidade Estadual do IBGE na Paraíba
114614	Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco
114615	Unidade Estadual do IBGE em Alagoas
114616	Unidade Estadual do IBGE em Sergipe
114617	Unidade Estadual do IBGE na Bahia
114618	Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais
114619	Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo
114620	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso Sul
114622	Unidade Estadual do IBGE em São Paulo
114623	Unidade Estadual do IBGE no Paraná
114624	Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina
114625	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul
114626	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso
114627	Unidade Estadual do IBGE em Goiás

114629	Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal
114631	Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro
114639	Unidade Estadual do IBGE em Tocantins
250005	Departamento de Logística/MS
550002	Setorial de Orçamento E Finanças/MDS
550003	Secretaria Executiva - M.D.S.C.F
550005	Coordenação Geral de Logística e Adm/M.D.S.
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
0001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
114601	0001
114602	0001
114603	0001
114604	0001
114605	0001
114606	0001
114607	0001
114608	0001
114609	0001
114610	0001
114612	0001
114613	0001
114614	0001
114615	0001
114616	0001
114617	0001
114618	0001
114619	0001
114620	0001
114622	0001
114623	0001
114624	0001
114625	0001
114626	0001
114627	0001
114629	0001
114631	0001
114639	0001
250005	0001
550002	0001
550003	0001
550005	0001

Responsabilidades Institucionais da Unidade

Competência.

À Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) cabe implementar a Política de Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais, conforme Portaria nº 329 instituída em 11/10/2006, que tem por objeto a análise dos processos, produtos e dos resultados referentes aos programas e ações executados ou financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A valorização crescente das práticas de avaliação e monitoramento como uma necessidade de aprimoramento da gestão pública contribuiu de forma efetiva para a consolidação das atividades desenvolvidas SAGI.

Para implementar a Política de Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais do MDS, a Secretaria se utiliza de duas ações no Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Ação 4923 – Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com as atividades relacionadas à avaliação, monitoramento e gestão da informação; e a Ação 6877 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com suas atividades voltadas à capacitação, disseminação e cooperação.

No rol das ações desenvolvidas pela secretaria estão as pesquisas de avaliação, o monitoramento dos programas e políticas, a capacitação estratégica de agentes e sociais e a disseminação do conhecimento, o que possibilita melhorar a qualidade de gerência e coordenação descentralizada dos programas e políticas sociais sob a responsabilidade do MDS. Cabe ao Departamento de Avaliação e Monitoramento (DAM), ao Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos (DGIRT) e ao Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais (DFAPS) a execução integrada dessas ações e a interlocução com secretarias e setores para identificar e processar as demandas nas áreas de competência da SAGI.

Na consecução dessas atividades, a SAGI tem fortalecido o relacionamento com os responsáveis pelos programas no MDS, estados e municípios; agentes de auditoria, fiscalização e controle social; pesquisadores e especialistas, favorecendo a transparência da gestão e o intercâmbio de informações que possibilitem ampliar a eficiência e a efetividade das políticas e dos programas sob a responsabilidade do MDS.

Objetivos Estratégicos;

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação possui, entre as suas finalidades regimentais, a elaboração, proposição, coordenação e apoio à implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome. Estas finalidades estão voltadas à promoção de capacitação de agentes públicos e agentes sociais nos níveis federal, estadual e municipal; ao uso e desenvolvimento soluções tecnológicas para gestão da informação, de metodologias de avaliação; à avaliação e ao monitoramento de programas e ações vinculadas a esta pasta.

Para alcançar os patamares de atuação da SAGI, foram estabelecidos dois grande objetivos estratégicos:

1. Desenvolver e fortalecer as atividades de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação, como instrumento à gestão dos programas sociais
2. Fortalecer as ações de Capacitação e Disseminação para o aprimoramento da gestão e implementação dos programas sociais

Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;

Para implementar os objetivos estratégicos, a SAGI desenvolve atividades articuladas em três áreas de atuação: Avaliação e Monitoramento, Formação de Agentes Públicos e Sociais, e Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos.

O conjunto dessas atividades, possibilita melhorar a qualidade de gestão e a coordenação descentralizada dos programas e políticas sociais sob a responsabilidade do MDS. Na consecução dessas atividades a SAGI tem fortalecido relacionamento com os responsáveis pelos programas no MDS, assim como com os estados e municípios; órgãos de controle, fiscalização e intercâmbio de informações que possibilitem ampliar a eficiência e a efetividade das políticas e programas sob a responsabilidade do MDS.

Tabela 1 – Objetivos e atividades estratégicas da SAGI

Objetivo Estratégico 1
<i>Desenvolver e fortalecer as atividades de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação, como instrumento à gestão dos programas sociais</i>
Atividades
<i>Pactuar com as secretarias finalísticas o desenvolvimento conjunto de atividades de avaliação, monitoramento e gestão da informação.</i>
<i>Desenvolver análise e estudos com base de dados secundários e de pesquisas já contratadas pela SAGI</i>
<i>Aumentar a participação em instâncias internas e externas de colaboração técnica (GTIs, Comissões etc.)</i>
<i>Promover a formação continuada dos técnicos em diferentes níveis de aprofundamento, como cursos de avaliação e monitoramento de políticas públicas e metodologias de pesquisa de impacto</i>
<i>Intensificar relações de intercâmbio interinstitucional, de nível técnico, com atitude proativa</i>
<i>Estabelecer canais de comunicação efetivos por meio de pontos focais e grupos de trabalho, bem como definir os níveis de acesso aos instrumentos de monitoramento e às informações geradas por estes</i>
<i>Elaborar metodologia de construção e implementação de instrumentos de monitoramento e gestão da informação, considerando a integração das ferramentas de coleta, visualização e utilização de dados em um mesmo serviço</i>
<i>Criar instrumentos específicos para facilitar a atualização dos dados dos programas sociais a partir das secretarias</i>
<i>Ampliar a disseminação das ferramentas da SAGI para as áreas finalísticas do MDS, estados, municípios e outros</i>

<i>órgãos interessados</i>
<i>Realizar avaliações periódicas sobre a apropriação de conhecimento gerado pela SAGI</i>
<i>Sistematizar um fluxo e processo de trabalho que facilite o compartilhamento dos dados e informações</i>
Objetivo Estratégico 2
<i>Fortalecer as ações de Capacitação e Disseminação para o aprimoramento da gestão e implementação dos programas sociais</i>
Atividades
<i>Construir agenda e elaborar os projetos de capacitação de forma compartilhada com as secretarias finalísticas.</i>
<i>Propor atividades de capacitação para difundir competências de avaliação e monitoramento nos estados e municípios</i>
<i>Fortalecer a Rede Nacional de Capacitação Descentralizada</i>
<i>Definir novos meios de disseminação e métodos que garantam sua operacionalização</i>
<i>Institucionalizar dentro do MDS regras e procedimentos para o acesso aos dados e resultados de pesquisas e estudos e às ferramentas informacionais do MDS</i>
<i>Fomentar, por meio de mecanismos de divulgação e treinamento, o acesso e a utilização dos resultados das avaliações e das ferramentas informacionais</i>
<i>Elaborar linha editorial de capacitação em avaliação e monitoramento voltada para agentes públicos e sociais em nível local</i>

Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Para executar suas atividades, a SAGI investe no fortalecimento das interações com as secretarias do MDS, encarregadas da implementação de políticas, programas e ações; com os gestores estaduais e municipais nas áreas de atuação do MDS; com outros agentes públicos e de controle social, assim como com especialistas e instituições de ensino e pesquisa, organismos internacionais e agências multilaterais.

No âmbito dos procedimentos internos utilizados para realização de suas atividades, a SAGI desenvolveu um ciclo gerencial subdividido nas seguintes etapas:

- *definição da demanda com as secretarias do MDS*
- *planejamento, desenvolvimento e/ou contratação das pesquisas*
- *planejamento e desenvolvimento de estratégias de monitoramento*
- *gestão e acompanhamento dos contratos*
- *desenvolvimento de soluções tecnológicas*

- disseminação dos resultados
- capacitação de agentes públicos e sociais

De modo geral, os estudos de avaliação são executados por instituições externas, uma vez que se reconhece que avaliações independentes, executadas por organizações com experiência comprovada, ampliam a credibilidade sobre a ação governamental. A seleção das instituições é realizada por meio de licitação, através da abertura de editais amplamente divulgados em todo o país, na internet e em jornais de grande circulação, seguindo o Manual de Convergência dos Organismos Internacionais e a Lei de Licitações 8.666/93 e suas alterações.

A SAGI também se utiliza da contratação de serviços técnicos de consultoria (pessoa física) realizada por meio de processo seletivo, seguindo as orientações do Decreto nº 5.151 de 22/07/2004.

Os processos de avaliação e de monitoramento têm como objetivo fornecer informações e subsidiar a tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores dos programas para, inclusive, realizar os ajustes necessários. Dessa forma, é possível economizar tempo e recursos e, conseqüentemente, contribuir na credibilidade e na efetividade das ações públicas.

As atividades de monitoramento realizadas pela SAGI, em parceria com as secretarias finalísticas do Ministério, foram aprimoradas e situam o monitoramento como uma atividade imprescindível no processo de gestão. Além do monitoramento, desenvolvido por meio do acompanhamento dos dados físicos e financeiros dos programas do MDS, a SAGI apoiou o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia para o monitoramento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), além de assessorar outras iniciativas de monitoramento das quais não é responsável por todo o processo.

Ressalta-se como ação estratégica adotada pela SAGI, a manutenção de parcerias com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e outras instituições de cunho acadêmico, e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), que administra o Consórcio de Informações Sociais (CIS). A parceria foi regulamentada por meio da Portaria MDS nº 255, de 29/07/2008, publicada no DOU – Seção 1 de 30/07/2008, e institui o envio, por parte da Secretaria, de bases de dados resultantes das avaliações, para que sejam disponibilizados à comunidade acadêmica. Esse esforço se integra às estratégias de garantir a transparência das avaliações conduzidas, uma vez que, a utilização das bases de dados permite a replicação dos estudos, sua eventual contestação e a produção de análises independentes sobre os programas do Ministério.

O objetivo das atividades de capacitação é, prioritariamente, qualificar agentes públicos e sociais que atuam no âmbito estadual e municipal, em políticas e programas das áreas sob a responsabilidade do MDS. Essas atividades têm por objetivo a consolidação das políticas de proteção e promoção social não contributiva, segundo o novo paradigma, que requer investimentos na formação permanente dos profissionais, dos três níveis de governo. As atividades de capacitação iniciam-se com a identificação das competências necessárias ao aprimoramento de serviços e benefícios oferecidos, e ao efetivo exercício do controle e da participação social.

Em 2009, foi implementado o projeto de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social Nacionais, Estaduais e do Distrito Federal, que foi executado pela Solar Consultoria em Gestão e Pesquisa Ltda., contratada por meio de licitação pública. No total foram oferecidas 430 vagas distribuídas entre conselheiros e secretários executivos nacionais, estaduais e do Distrito Federal.

A ação de disseminação realizada pela SAGI compreende a estratégia para divulgação das ações do ministério, a disseminação do conhecimento produzido e a participação e apoio a eventos nacionais e internacionais de áreas afins,

em especial, que tratam do tema avaliação e monitoramento como o 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais – ANPOCS. É também da alçada da SAGI a produção de eventos, a organização de seminários e oficinas de trabalho, como o Seminário Internacional “Sistemas de Proteção Social: Desafios no Contexto Latinoamericano”, que no mês de Dezembro/2009, reuniu durante 4 dias, 360 participantes e 60 especialistas da área de 18 países da América Latina, América do Norte, África e Europa. Este seminário foi realizado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e teve como principal objetivo promover o debate qualificado sobre os desafios para construção de sistemas de proteção social, lastreados na garantia de direitos e na articulação descentralizada de serviços e benefícios.

Importante, também, são ações de intercâmbio e cooperação internacional efetuadas pela Secretaria e a produção de publicações técnicas. Os temas abordados nas publicações priorizam os resultados de pesquisas de avaliação, das ações de monitoramento e de capacitação, abrangendo as quatro áreas de atuação do Ministério – Renda de Cidadania, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Inclusão Produtiva. A distribuição dos materiais contempla órgãos de todas as esferas do governo, ONGs, organizações da sociedade civil, comunidade acadêmica, institutos de pesquisas e organismos internacionais.

Em 2009, os recursos utilizados para as atividades estavam vinculados a três fontes: Tesouro Nacional, empréstimos com o Banco Mundial (BIRD) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Parte dos recursos foi executada diretamente pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e outra parte dos recursos do Tesouro foi executada por meio de projetos de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Programas sob a Responsabilidade da Unidade:

Relação dos programas e suas principais ações;

Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ação 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ação 6877 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tabela 2 – Execução orçamentária e financeira (2009)

R\$ 1,00

Secretaria / Programa / Ação	Dot. Inicial	Dot. Final	Empenhado	Liquidado	Pago
Sec. de Avaliação e Gestão da Informação	12.280.486	11.780.486	9.097.649	2.476.650	2.454.893
1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome					
4923 Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	7.435.000	6.935.000	4.385.165	2.360.326	2.338.569
6877 Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.845.486	4.845.486	4.712.483	116.324	116.324

Fonte: SISPOAD

O quadro acima demonstra a execução orçamentária e financeira referente ao exercício de 2009, por ação. Da dotação inicial de R\$ 12.280.486,00 (doze milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), foram empenhados R\$ 9.097.649,00 (nove milhões, noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais), o que representa uma execução de 77% do orçamento previsto, enquanto as despesas pagas representam 21% da dotação final e 27% do total empenhado.

Tabela 3 – Detalhamento da Execução Orçamentária (2008)

Programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome				R\$ 1,00
Ação	Credores Fonte	Valor Empenhado	Valor Pago	Finalidade
4923	<i>FJ Produções Ltda.</i>	<i>1.000.000,00</i>	<i>0,00</i>	<i>Seminário Internacional de Sistemas de Seguridade Social (Termo de Cooperação com o Ministério da Saúde)</i>
	<i>DATAMETRICA – Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda.</i>	<i>387.851,74</i>	<i>319.751,74</i>	<i>Avaliação de Impacto do Programa de Benefício de Prestação Continuada – BPC (Licitação na modalidade “pregão”).</i>
	<i>IBGE</i>	<i>1.222.536,00</i>	<i>513.136,00</i>	<i>Suplemento de Segurança Alimentar junto à PNAD/2010</i>
	<i>IBGE</i>	<i>1.774.777,00</i>	<i>1.505.681,00</i>	<i>Suplemento de Assistência Social junto à MUNIC/2010</i>
Total da Ação		4.385.164,74	2.338.568,74	
6877	<i>Gráfica e Editora Brasil Ltda.</i>	<i>116.324,28</i>	<i>116.324,28</i>	<i>Serviços gráficos (Contrato SPOA)</i>
	<i>Prover Saúde e Meio Ambiente Ltda.</i>	<i>1.678.499,55</i>	<i>0,00</i>	<i>Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (Lote 1)</i>
	<i>Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)</i>	<i>40.724,59</i>	<i>0,00</i>	<i>Curso de formação de multiplicadores e de gerentes sociais para constituição de rede descentralizada de capacitação (Pagamento residual).</i>
	<i>Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)</i>	<i>400.000,00</i>	<i>0,00</i>	<i>Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (Lote 4)</i>
	<i>Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas (INBRAPE)</i>	<i>2.476.935,00</i>	<i>0,00</i>	<i>Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (Lotes 5 e 6)</i>
Total da Ação		4.712.483,42	116.324,28	
Total Geral		9.097.648,16	2.454.893,02	

Fonte: SIAFI e SISPOAD

Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações;

Ação 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhorar as políticas de desenvolvimento social e combate à fome em termos de eficiência, eficácia, efetividade, focalização e controle social.
Descrição	Elaboração de diretrizes e instrumentos para a avaliação e monitoramento das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, visando ao desenvolvimento de um sistema integrado de planejamento e avaliação com critérios e requerimentos metodológicos definidos para medir a efetividade, eficiência e impacto das políticas públicas nesta área.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Junia Valéria Quiroga da Cunha – Diretora
Unidades Executoras	Não disponível no Sigplan
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	Não disponível no Sigplan
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005, art. 21, Inciso I.

Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

Tabela 4 – Execução Física e Financeira da Ação 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

META	PREVISÃO (LOA+Créditos)	EMPENHADO	%	REALIZADO	%	PAGO	%
Financeira	R\$ 6.935.000,00	R\$ 4.385.166	62,23	R\$ 2.360.326,00	34,03	R\$ 2.338.569,00	33,72
Física	02 (políticas avaliadas)	-	-	03 (políticas avaliadas)	150%	-	-

Fonte: Sigplan

A linha de trabalho da SAGI para a contratação de instituições para a realização de pesquisas é a mesma utilizada para a contratação de instituições para realização de capacitações. Assim, destaca-se o tempo gasto não só na elaboração do Termo de Referência, como também nos eventuais ajustes e recomendações propostos pela SPOA e CONJUR, inevitavelmente provocam atrasos no processo. Ademais, no caso específico desta Ação, ressalta-se que o repasse de recursos para o IBGE realizar os Suplementos de Assistência Social junto à MUNIC e o Suplemento de Segurança Alimentar junto à PNAD, e o processo de contratação da Pesquisa sobre a Implementação do Projovem Adolescente – Serviço sócio educativo ocorreu somente em 30/12/2009, quando foi realizada a licitação por meio de pregão eletrônico. Contudo, o valor dos recursos empenhados ainda no ano de 2009 corresponde à 62,23% do valor total dos recursos disponíveis.

Ao longo de 2009, a SAGI esteve envolvida com a execução de 25 pesquisas de avaliação que envolveram coleta de dados, abrangendo as três principais áreas de atuação do Ministério – Segurança Alimentar e Nutricional, Assistência Social e Renda de Cidadania –, as atividades desenvolvidas na Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP), além de atividades gerais do Ministério. Até o final do ano, 15 destas pesquisas foram concluídas e prosseguiu o andamento das outras dez, além de uma agenda de novas pesquisas em fase de contratação com início previsto para 2010. Cumpre ressaltar que, além das pesquisas de avaliação que envolveram coleta de dados, foram desenvolvidos internamente um conjunto significativo de estudos e produzidas notas técnicas de caráter avaliativo, porém de conteúdo analítico ou análise de bases de dados secundárias.

Parte da execução das atividades de avaliação, monitoramento e gestão da informação foi realizada através dos projetos de cooperação com os organismos internacionais, cujo gerenciamento está a cargo da Diretoria de Programas da Secretaria Executiva, as informações financeiras desta execução deverão constar no relatório de gestão daquela diretoria.

Avaliação

A SAGI realiza diversos tipos de avaliações entre elas as de linha de base, processo/implementação, diagnóstico, impacto e resultados, além de pesquisas de opinião.

Cabe ao Departamento de Avaliação e Monitoramento (DAM) executar a política de Monitoramento e Avaliação, instituída através da Portaria nº 329 de 11/10/2006, que tem por objeto a análise dos processos, produtos e dos resultados referentes aos programas e ações executados ou financiados pelo MDS.

Quanto aos procedimentos internos utilizados para realização das pesquisas de avaliação de políticas e programas do MDS, investiu-se no fortalecimento dos processos intersetoriais, dentre os quais para a atividade de avaliação, destacam-se: o aperfeiçoamento dos procedimentos do ciclo de avaliação que tem as seguintes etapas: a) definição da demanda, b) contratação dos estudos e gestão dos contratos e c) disseminação dos resultados.

Para levantamentos de dados que envolvem áreas de atuação do IBGE – PNADs ou censos de informações municipais, o procedimento adotado foi à descentralização de recursos orçamentários (ocorridos em 2006, 2007 e 2009). O IBGE tem sido um parceiro valioso para levantamento de dados sobre os programas sociais (um módulo incluído nas PNADs desde 2004), para pesquisar temas de interesse específico (suplemento de segurança alimentar e nutricional – 2006, 2009 e trabalho infantil - 2008) ou para realizar levantamentos sobre administrações municipais (Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC 2006, 2009) ou da rede não-governamental da Assistência Social (PEAS) - 2006. Entre as vantagens de recorrer à parceria com o IBGE destaca-se: inquestionável especialização desta instituição governamental no levantamento da produção de estatísticas nacionais, redução dos custos de levantamentos extensivos e, ao mesmo tempo, possibilita, no caso dos suplementos, cruzamento com variáveis que compõem as PNADs.

As tabelas 5 e 6 apresentam as avaliações concluídas em 2009 e em andamento, separadas por área do Ministério, programa avaliado, título da pesquisa, órgão de cooperação responsável pela gestão dos recursos financeiros, a instituição contratada para execução da pesquisa. Para as pesquisas em andamento têm-se a porcentagem de execução até o final de 2009, baseada na data de assinatura do contrato.

Tabela 5 – Pesquisas concluídas em 2009

PROGRAMA		PESQUISA/ PROJETO	ÓRGÃO DE COOPERAÇÃO / FONTE DE RECURSOS	INSTITUIÇÃO EXECUTORA
S E N A R C	Bolsa Família	1. Estudos de Caso sobre Controle Social do Programa Bolsa Família.	PNUD/BIRD	FEC/DATAUFF
	Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)	2. Estudos Quali-Quantitativos sobre o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF	PNUD / BID	Consórcio Gesaworld/ Instituto Via Pública
S N A S	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	3. Avaliação Quantitativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI Quantitativo).	PNUD / BID	FEC/DATAUFF
		4. Avaliação Qualitativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI Qualitativo).	PNUD / BID	Herkenhoff & Prates
	Centros da Juventude	5. Pesquisa de Avaliação dos Centros da Juventude financiados pelo MDS.	PNUD / Tesouro	Consultora - Pessoa física
S E S A N	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	6. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Modalidade Leite.	FAO / Tesouro	FADE / UFPE
	Comunidades Tradicionais	7. Avaliação do Projeto Implementação de Ações Estruturantes em Comunidades Quilombolas - Segunda avaliação.	FAO / Tesouro	FEC/DATAUFF
		8. Acompanhamento dos Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos Indígenas	Tesouro	Prefeituras/Associações Indígenas/ONG
S A I P	Próximo Passo	9. Estudo sobre as Percepções sobre o PlanSeQ Bolsa Família	Passagens e diárias (Tesouro e PNUD)	DAM/SAGI/MDS
M D S	GERAL	10. Avaliação Diagnóstica: Acesso das comunidades Quilombolas aos Programas do MDS.	PNUD / Tesouro	FEC/DATAUFF
		11. Avaliação Externa da Capacitação de Gerentes Sociais	PNUD/BID	CONSULTOR
		12. Desigualdade e pobreza na opinião dos brasileiros	PNUD	VOX POPULI
		13. Crise Econômica Mundial e Políticas Sociais do Governo	PNUD	VOX POPULI
		14. Campanha de Recadastramento dos Beneficiários do Bolsa Família	PNUD	VOX POPULI
		15. Avaliação do impacto dos Programas Sociais Administrados pelo MDS no Vale do Jequitinhonha - MG.	PNUD / Tesouro	DATAMÉTRICA

Fonte: DAM/SAGI, 2010

Tabela 6 - Pesquisas em andamento em 2009

	PROGRAMA	PESQUISA/ PROJETO	ÓRGÃO DE COOPERAÇÃO	FONTE DE RECURSOS	EXECUTOR	% EXECUÇÃO
S E N A R C	Bolsa Família	1. Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - Segunda Rodada	PNUD	BIRD	Consórcio IFPRI / Datamétrica	70%
	Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)	2. Desenho e realização de estudo sobre metodologias de trabalho social	PNUD	Tesouro	Consultor Pessoa Física	90%
S N A S	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	3. Desenvolvimento de procedimento operacional para implementação e execução do PETI	PNUD	BIRD	Consultor Pessoa Física	90%
	Rede de Serviços da Assistência Social	4. MUNIC 2009 - Pesquisa de informações básicas Municipais, na área de assistência social - Suplemento Assistência Social	IBGE	Tesouro	IBGE	60%
	ProJovem	5. Avaliação qualitativa da implementação do ProJovem Adolescente	Unesco	Tesouro	Consultor Pessoa Física	90%
	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	6. Avaliação de Impacto do BPC para idosos e pessoas com deficiência	Não se aplica	Tesouro	Datamétrica	90%
S E S A N	Cisternas	7. Avaliação do Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido: um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC	FAO	Tesouro	FUNDER / EMBRAPA	95%
	Pesquisas de segurança alimentar e nutricional	8. Suplemento Insegurança Alimentar - PNAD 2009	IBGE	Tesouro	IBGE	60%
	Programa Agroecológico Sustentável PAIS	9. Pesquisa de Avaliação continuada do PAIS	Não se aplica	Não se aplica	Equipe DAM/SAGI	50%
M D S	Estudos - SAGI/MDS	10. Estudos sobre as contribuições das pesquisas implementadas pela SAGI/MDS no campo da transferência de renda e de serviços socioassistenciais	PNUD	Tesouro	Consultor Pessoa Física	70%

Fonte: DAM/SAGI, 2010

Monitoramento

Em 2009 as atividades de monitoramento realizadas pela SAGI, em parceria com as secretarias finalísticas, Estados e Municípios, se concentraram na consolidação do processo de monitoramento do SUAS.

Esse processo tem por objetivo monitorar e avaliar o estágio de implantação e funcionamento das unidades de prestação dos serviços do SUAS. Com as informações coletadas e analisadas é possível identificar “situações de alerta” e “janelas de oportunidade” relativas aos insumos, processos e resultados de uma determinada ação/programa/serviço, permitindo uma intervenção planejada sobre a realidade. O monitoramento deve, ainda, ser capaz de acompanhar a evolução temporal destas situações, apoiar o processo de superação, detectar sua superação, manutenção ou agravamento, viabilizando a ação dos gestores das três esferas de governo, na implementação de

melhorias na gestão e oferta dos serviços socioassistenciais, e conseqüentemente, melhorem a vida dos cidadãos. Para a consolidação e garantia de continuidade desse processo, o Ministério está elaborando uma proposta de Decreto, a ser discutida junto às instâncias de pactuação, para a regulamentação e garantia de continuidade dos censos das unidades que compõem o SUAS.

Em linhas gerais, a SAGI, conjuntamente com a SNAS, desenhou uma estratégia de monitoramento na qual sua atuação está mais concentrada no desenvolvimento de soluções tecnológicas que começam com questionários eletrônicos, que permitem a inserção direta e ágil de informações pelos coordenadores da unidade e/ou Secretarias Municipais ou Estaduais de Assistência Social, passam pelos visualizadores de informações que permitem o acesso simplificado às informações coletadas e produzidas pelos gestores estaduais e do MDS, chegando às ferramentas integradas para tomadas de decisão na gestão.

O monitoramento SUAS tem como ações principais os Censos CRAS e CREAS que possuem periodicidade anual, sendo o Censo CRAS realizado desde 2007 e o Censo CREAS desde 2008. No ano de 2009, os Censos CRAS e CREAS foram abertos para preenchimento eletrônico pela primeira vez na mesma época do ano, com grande sucesso, facilitando a dinâmica de consolidação e verificação de informações que necessitavam de visitas às unidades.

Em 2009, experimentou-se uma nova abordagem de contato e disseminação das informações do processo de Monitoramento do SUAS. A primeira mudança foi a utilização de uma entrada única para as ferramentas eletrônicas que compõem o Monitoramento SUAS para os gestores municipais, estaduais e federais: conforme o perfil do usuário eram disponibilizadas ferramentas e informações específicas e customizadas. A segunda inovação foi oferecer o módulo de acompanhamento dos processos de coleta de informações, simultaneamente com o início do da coleta de dados, permitindo aos gestores o acompanhamento e a tomada de decisões para o sucesso do mesmo. E um último destaque para o Painel de Monitoramento Social, que oferecia aos usuários uma representação consolidada e visualmente dinâmica do acompanhamento dos indicadores de evolução do processo de coleta de dados, personalizado por perfil e origem (município ou estado) do usuário.

De forma complementar ao processo de monitoramento do SUAS, a SAGI também foi responsável pelo desenvolvimento de soluções tecnológicas (ferramentas para registro, visualização e gerenciamento) para implementar o processo de gestão da “migração” dos recursos do Piso Básico de Transição (Termo de Aceite e Opção) sob responsabilidade da SNAS. Essa iniciativa marca também o avanço da consolidação do monitoramento como parte do processo de gestão do SUAS, uma vez que a mesma está totalmente integrada com os Censos CRAS e CREAS.

Em relação aos custos das atividades desenvolvidas nessa área, bem como na produção geral de soluções tecnológicas, pode-se dizer que são os mínimos necessários. Essas atividades utilizam basicamente os recursos humanos do próprio Ministério, com trabalho e atribuições compartilhadas entre a equipe da SAGI e das secretarias finalísticas envolvidas, optando pela produção de ferramentas em software livre.

No que se refere à produção de indicadores, em 2009, o Índice de Desenvolvimento dos CRAS- IDCRAS – foi reformulado e se consolidou como importante instrumento de gestão dos serviços básicos de assistência social.

Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos

Com o objetivo de incentivar, incrementar e dar suporte para as atividades de avaliação, monitoramento, capacitação e disseminação, a SAGI tem desenvolvido e aprimorado soluções tecnológicas desde 2004.

Seguindo uma linha de trabalho evolutivo, em busca do aprimoramento dos processos de trabalho e do desenvolvimento de soluções tecnológicas, em 2009, a Secretaria investiu em uma nova perspectiva de gestão da

informação. Por meio da consolidação eficiente e dinâmica de um grande repositório de dados, o que se oferece agora é uma diversificação de “serviços” de visualização e utilização desses dados. Nesse sentido, as consultas sobre as ações MDS disponíveis nos formatos já consolidados pela Matriz de Informações Sociais - MI Social – ganham maior diversificação com o desenvolvimento e aprimoramento de outras ferramentas integradas:

- **MI Social** – acesso às informações das ações MDS (uma ou mais) em um determinado tempo (ano ou mês) e espaço pré-selecionados (municípios, estados, Brasil, regiões ou áreas especiais) - tabelas (HTML e Excel) e fichas;
- **MI Vetor** – acesso às informações de uma ação MDS em tabelas dinâmicas para diferentes tempos (anos e meses) em diferentes espaços territoriais (estados e municípios) – tabelas e gráficos;
- **RI (Relatório de Informações)** – visualização das informações de diferentes ações e características de um estado ou município em um ponto no tempo, em formato de relatório, com flexibilidade de seleção de itens para composição do mesmo;
- **Atlas Social** – produção e edição de mapas, com a distribuição geográfica de uma ação específica, em um ponto no tempo, com possibilidade de seleções técnicas de apresentação (cores, legendas; zoom, etc) e de diferentes áreas territoriais. A ferramenta também permite o acesso aos dados pré-selecionados em outros formatos, como fichas de uma localidade ou mesmo dos seus “vizinhos” de fronteira física, e até mesmo, para uma localidade, uma série temporal da informação;
- **MDS em Mapas** – com temas pré-definidos, possibilita a visualização de mapas com a distribuição geográfica de uma ou mais ações do MDS, sendo essa seleção ações flexível;
- **Painéis de monitoramento** – painéis temáticos de visualização de diferentes informações, sistemas e ferramentas. Alternativa diferenciada de acesso e visualização de informações de um tema específico.
- **DiciVIP (Dicionário de Variáveis, Indicadores e Programas Sociais)** – garante o registro e acesso integrado às informações dos dados armazenados, mantidos e atualizados pela Secretaria. A ferramenta passa por constantes atualizações das informações disponibilizadas, mas em 2009 recebeu nova funcionalidade, se integrando com as ferramentas de monitoramento. Neste caso, além da identificação e descrição das perguntas dos questionários eletrônicos de monitoramento, a integração permitiu a geração automática de manuais de preenchimento para os mesmos;

Além dessa mudança na perspectiva de gestão da informação, com a diversificação das opções de visualização das informações, outro importante incremento para essa área foram os significativos avanços efetivados no processo de atualização e validação das informações publicadas nessas ferramentas.

Ainda no que se refere à gestão da informação e mais especificamente ao acompanhamento e disseminação das informações físico-financeiras das ações do MDS, vale destacar que, no final do ano de 2009, a SAGI incorporou a Assessoria de Informação para a Alta Direção do MDS – AIAD. Anteriormente sediada no Gabinete do Ministro, com outra denominação, essa assessoria é responsável pela produção de informações específicas com maior atualização temporal possível, para subsidiar as atividades do Ministro, do corpo diretor do Ministério, bem como do Presidente e Casa Civil.

Também no ano de 2009, a SAGI em parceria com a SESAN, aprimorou o processo de desenvolvimento de soluções tecnológicas para a seleção de propostas de municípios, estados e/ou instituições em editais para as ações de segurança alimentar e nutricional.

Esse conjunto de ferramentas tem sido utilizado não só para a gestão interna, mas também por gestores estaduais e municipais, pesquisadores, órgãos de controle, imprensa, entre outros. Vale destacar que esses recursos tecnológicos, baseados em software livre, têm sido disponibilizados tanto para o MDS, quanto para os estados e municípios. A tabela 7 abaixo apresenta uma listagem das ferramentas que foram desenvolvidas ou aprimoradas em 2009.

Tabela 7 - Ferramentas desenvolvidas e aprimoradas em 2009

Objeto	Recursos Tecnológicos
Monitores Sociais	Visualizador de conteúdos dinâmico e em tempo real (Sistema de monitoração de informações em tempo real).
MI Vetor	Aplicativo para visualização dos dados constantes na base de dados da MI Social.
Gerente MI Social	Aplicativo para integração em um ambiente único, com uma interface padrão os módulos que ajudam a gerenciar os serviços disponibilizados para o MI Social.
Ferramentas Administrativas da MI Social	Unificar o layout de todos os subsistemas e sua gerência de figuras e acesso ao banco de dados. Unificar o arquivo .INI do banco de dados. Os subsistemas são: DiciVIP - MI Social, DiciVIP(Datain), MI Configuração (Disjuntor), MI Metadados (Gestor), MI Vetor, Compara Metadados MI, Gerenciador de Notícias, MI Verificador (Dados ND), Verificador de Consistência de Metadados MI, MI (Áreas Especiais), Módulo para atualização remota dos dados da MI Social, MDS em Mapas, Edição de metadados da MI.
Projeto Piloto Bahia	Desenvolvimento de um módulo para atualização remota dos dados da MI Social, para que os usuários da MI Social (usuários que copiaram o sistema) possam trocar dados em tempo de execução (online).
Layout	Padronização de Layout para as ferramentas desenvolvidas pela SAGI. Este padrão exige o desenvolvimento de objetos de Cabeçalhos, rodapé, menus e os estilos de textos e objetos.
Autenticação	Integração das autenticações das ferramentas SAGI.
Relatório de Informações	Aplicativo (ferramenta?) para desenvolvimento do Relatório de Informações Sociais para Município, Estado e Brasil.
Moodle	Aplicativo para Rede de Monitoramento de programas sociais.
PBT	Coletor de dados "termo de compromisso e aceite dos serviços a serem implantados com recursos originários do Piso Básico de Transição" para todo o país – QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO
Abrigo	Coletor de dados dos equipamentos em todo o país em termos de infra-estrutura, recursos humanos, funcionamento e atendimento – QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO 2009
	Visualizador dos dados coletados – GERENTE 2009 – MONITOR 2009.
CRAS	Coletor de dados dos equipamentos em todo o país em termos de infra-estrutura, recursos humanos, funcionamento e atendimento – QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO 2009.
	Visualizador dos dados coletados – GERENTE CRAS 2009 – MONITOR CRAS 2009.
	Analizador de dados que permite o acompanhamento dos CRAS considerados inadequados, detectados com o CENSO 2008 em conjunto com os estados

	<i>Analisador de dados que permite o acompanhamento dos CRAS inadequados detectados no CENSO 2009 (coleta)</i>
	<i>Coletor de dados dos equipamentos em todo o país em termos de infra, pessoal, funcionamento e atendimento para a Expansão do CRAS – QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO EXPANSÃO 2009</i>
CRAS	<i>Construção e acompanhamento do Relatório 2008</i>
CREAS	<i>Coletor de dados dos equipamentos em todo o país em termos de infra, pessoal, funcionamento e atendimento - QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO 2009.</i>
	<i>Visualizador dos dados coletados - GERENTE CREAS 2009 – MONITOR CREAS 2009.</i>
Editais	<i>Manutenção evolutiva do aplicativo para entrada e seleção de propostas para os editais da SESAN</i>
SAGI News	<i>Manutenção evolutiva do aplicativo para informar sobre as atualizações do MI Social</i>
MDS em Mapas	<i>Manutenção evolutiva do sistema de apresentação de informações geográficas</i>
MDS em Mapas	<i>Elaboração de Mapas Temáticos</i>
SAGI Doc	<i>Manutenção evolutiva do aplicativo para armazenar e recuperar documentos da SAGI</i>
Visicon	<i>Manutenção evolutiva do Visualizador de Convênios</i>
Visicon	<i>Módulo de extração remota</i>
SIGED	<i>Manutenção evolutiva do controlador do fluxo de dados para alimentação e conferência dos dados da MI Social – SISTEMA DE GESTÃO DOS DADOS DA MI SOCIAL.</i>
Áreas Especiais	<i>Manutenção evolutiva do aplicativo de entrada de dados para as Áreas Especiais contidas na MI SOCIAL</i>
Entrada de Dados do DICIVIP	<i>Manutenção evolutiva do coletor de dados para a ferramenta Dici VIP (programa, fonte, variáveis e indicadores)</i>
Manuais	<i>Aplicativo para os manuais eletrônicos dentro das próprias ferramentas.</i>

Fonte: SAGI, 2010

Desempenho Operacional

Ação 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Evolução das receitas e despesas

Tabela 8 – Evolução da execução orçamentária e financeira (2007 a 2009)

R\$ 1,00

Ação	Dotação Final			Empenhado			%		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
4923 Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	6.100.000	6.880.486	6.935.000	5.603.039	6.580.486	4.385.165	92%	96%	63%

Indicadores de desempenho

Indicador

Os indicadores propostos estão baseados nas iniciativas de avaliação e monitoramento (IAeM) do conjunto de programas ou ações (CPA), que estão contempladas no PPA 2008-2011, de três políticas do MDS: Política Nacional de Assistência Social (SNAS), Política Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

Indicador de Eficácia

a) Utilidade

O indicador de nível de Eficácia Global (Efg) é dado pela relação entre as IAeM concluídas e o CPA do ano base e mede o grau de completude de programas ou ações que foram avaliadas no ano base e reflete o fluxo das iniciativas. Como indicadores coadjuvantes propõem-se: (1.) os indicadores de Eficácia Específicos (Efs) por política, cujo conjunto mede a distribuição das IAeMs pelas três políticas e fornecerá indicativos de correção no planejamento para se evitar concentração de projetos e (2.) indicador de Nível de Eficácia Total (Eft) que é dada pela relação entre as IAeM concluídas e em andamento e o CPA do ano base e mede o nível do estoque das iniciativas refletindo o grau de atividades exercidas no ano base. Numa situação ideal a relação Eft e Efg deverá estar próxima de um, indicando equilíbrio entre as iniciativas concluídas e em andamento.

b) Tipo

Eficácia

c) Fórmula de cálculo

Indicador Global de Eficácia

$$Efg = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Pj_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{y=1}^n Pg_{s,y}}$$

onde:

$Pj_{s,x}$ = Iniciativas x: {1..m} de avaliação e monitoramento das ações ou programas da política s: {PNAS, PENARC, PESAN}, concluídas no ano base.

$Pg_{s,y}$ = Ações ou programas y: {1..n} da política s: {PNAS, PENARC, PESAN} do PPA do ano base

Indicador Específico de Eficácia por Políticas

$$Efs = \frac{\sum_{x=1}^m Pj_{s,x}}{\sum_{y=1}^n Pg_{s,y}}$$

onde:

$Pj_{s,x}$ = Iniciativas de avaliação e monitoramento (x x: 1..m) das ações ou programas da Política (s), concluídas no ano base;

$Pg_{s,y}$ = Programas ou ações y: {1..n} da Política s: {PNAS, PENARC, PESAN} do PPA do ano base

Indicador de Eficácia Total

$$Eft = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Ptot_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{y=1}^n Pg_{s,y}}$$

onde:

$Ptot_{s,x}$ = Iniciativas de avaliação e monitoramento concluídas e em andamento (x: 1..m) no ano base, das ações ou programas da Política (s)

$Pg_{s,y}$ = Ações ou programas y: {1..n} da Política s: {PNAS, PENARC, PESAN} do PPA do ano base

d) Método de Aferição

Efg = Muito bom, se $Efg \geq 0,5$

Bom, se	$0,4 \leq Efg < 0,5$
Regular, se	$0,3 \leq Efg < 0,4$
Ruim, se	$0,2 \leq Efg < 0,3$
Muito ruim, se	$Efg < 0,2$

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DAM

f) Resultado do indicador no exercício: $Efg = 0,47$

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador de Eficiência

a) Utilidade

O indicador de eficiência pondera os indicadores específicos de eficácia pela relação custo das iniciativas de avaliação e monitoramento dos programas ou ações pelo custo global do conjunto de programas e ações das políticas sociais do MDS:

b) Tipo

Eficiência

c) Fórmula de cálculo

$$FC_s = \frac{\sum_{x=1}^m Cj_{s,x}}{\sum_{x=1}^m Cg_{s,x}}$$

Onde:

$Cj_{s,x}$ = custo total das iniciativas de avaliação e monitoramento das ações e programas

$Cg_{s,x}$ = custo total das destas ações e programas das políticas

s: {política nacional de assistência social, política nacional de transferência de renda de cidadania e política nacional de segurança alimentar e nutricional}:

e considerando as categorias de FCs, o indicador de relação de custos(FCA) será dado por:

$$FCA_s = 1, \quad \text{se } FC_s \geq 0,05$$

2, se $0,01 \leq FC_s < 0,05$

3, se $FC_s < 0,01$

O indicador de eficiência E_c será medido pela ponderação dos indicadores de eficácia específicos (Ef_s) pelos FCA_s

$$E_c = \sum_{s=1}^3 Ef_s * FCA_s$$

d) Método de Aferição

$E_c =$ Muito bom, se $E_c \geq 4,5$

Bom, se $3,5 \leq E_c < 4,5$

Regular, se $2,5 \leq E_c < 3,5$

Ruim, se $1,5 \leq E_c < 2,5$

Muito ruim, se $E_c < 1,5$

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DAM

f) Resultado do indicador no exercício: $E_c = 4,5$

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador de Efetividade

a) Utilidade

O indicador de efetividade será mensurado pela relação entre o número de iniciativas concluídas com repasse dos resultados (devolutiva) para as Secretarias responsáveis pelas políticas sociais no sentido de instrumentá-las nas ações de ajustes necessários e o total da demanda de iniciativas que incluem aquelas concluídas e aquelas não executadas, por cancelamento ou interrupção.

b) Tipo: Efetividade

c) Fórmula de cálculo

$$Et = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Pc_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{y=1}^n Pd_{s,y}}$$

Onde

$Pc_{s,x}$ = Iniciativas (x) de avaliação e monitoramento das ações e programas das políticas (s) sociais do MDS com repasse de resultados às Secretarias responsáveis, no ano base

$Pd_{s,y}$ = Demanda (y) realizada (concluída) de avaliação e monitoramento das ações ou programas das políticas sociais (s) acrescidas das iniciativas que por algum motivo tenha sido cancelada ou interrompida.

d) Método de Aferição

$Et =$	Muito bom, se	$Et \geq 0,75$
	Bom, se	$0,65 \leq Et < 0,75$
	Regular, se	$0,55 \leq Et < 0,65$
	Ruim, se	$0,45 \leq Et < 0,55$
	Muito ruim, se	$Et < 0,45$

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DAM

f) Resultado do indicador no exercício: $Et = 0,89$

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Análise do desempenho

Como é possível observar na tabela 9 a eficácia global mantém-se boa quando comparada ao resultado do ano anterior, a efetividade mantém-se muito boa e em 2009 melhorou o indicador quanto a eficiência.

Tabela 9 - Avaliação do desempenho operacional, anos 2008 e 2009.

Indicadores	2008	2009
-------------	------	------

<i>Eficácia Global</i>	<i>Bom</i>	<i>Bom</i>
<i>Eficiência (Ec)</i>	<i>Bom</i>	<i>Muito Bom</i>
<i>Efetividade (Et)</i>	<i>Muito Bom</i>	<i>Muito Bom</i>

Fonte: SAGI, 2010

Para o ano de 2009, podem-se destacar os seguintes avanços:

1. *Consolidação da cooperação entre a SAGI e SNAS no desenvolvimento de atividades de monitoramento do SUAS, aplicado diretamente aos processos de gestão da política. Começando pela realização dos Censos (censo CRAS de 2007 a 2009 e censo CREAS 2008 e 2009), passando pelos visualizadores das informações registradas e avançando para o monitoramento diretamente aplicado na gestão com o Termo de Aceite e Opção para "migração" do Piso Básico de Transição, os painéis de monitoramento por perfil de gestor, e a consolidação do Índice de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS) nos processos de expansão dos serviços.*
2. *Estabelecimento de processos de negociação das agendas de pesquisas mais complexas de avaliação e de estudos rápidos com as secretarias finalísticas (agendas de pesquisas BIRD e BID; realização de estudos conjuntos: SAGI/ SESAN composição da cesta de alimentos, SAGI/GM/SE/ASCOM: elenco de questões das pesquisas de opinião).*
3. *Busca de alternativas e melhorias nos processos para acelerar a contratação de pesquisas em parceria da SAGI com a CONJUR e SPOA, SNAS.*
4. *Melhoria dos fluxos de informação entre as secretarias e a SAGI para alimentar a MI Social, permanecendo algumas dificuldades.*
5. *Melhoria da rotina para liberação de dados de pesquisas a partir da publicação da Portaria 255/2008, padronizando e formalizando o fluxo interno no que concerne à liberação de dados das pesquisas contratadas pelo MDS.*

Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações;

Ação 6877 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Ampliar a capacidade dos agentes públicos e sociais para monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, visando ao aperfeiçoamento da gestão dessas políticas à luz dos resultados obtidos e ao aumento da transparência da ação governamental.
Descrição	Realização de oficinas, cursos e eventos, contemplando: implementação e gestão de políticas públicas, sistemas/ferramentas de monitoramento e avaliação, tipos de avaliações (quantitativa, qualitativa, participativa, interna, externa) e informações requeridas, metodologias disponíveis, análise/gestão/disseminação de resultados e retroalimentação para o desenho das políticas e para aumento da transparência destas, bem como a elaboração e publicação de materiais.
Unidade Responsável Pelas Decisões Estratégicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Coordenador Nacional da Ação	Monica Aparecida Rodrigues – Diretora
Unidades Executoras	Não disponível no Sigplan
Áreas Responsáveis por Gerencialmente ou Execução	Não disponível no Sigplan
Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação	Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005, art. 21, Incisos II e III.

Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

Tabela 10 – Execução Física e Financeira da Ação 6877: Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

META	PREVISÃO (LOA+Créditos)	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
Financeira	R\$ 4.845.486,00	R\$ 4.712.483,00	97,25	R\$ 116.324,00	2,40	R\$ 116.324,00	2,40
Física	1.994 (agentes capacitados)	-	-	1.195 (agentes capacitados)	59,93	-	-

Fonte: Sigplan

O baixo índice de liquidação nessa ação ocorreu em face da morosidade nos processos de contratação em geral, há uma grande dificuldade no planejamento e na programação financeira, sobrecarregando a equipe da SAGI e impedindo a obtenção de resultados no tempo desejado. Quando se trabalha com contratações vultuosas, o prazo tem oscilado de 18 a 30 meses, depois da elaboração do Termo de Referência. A SAGI, com o apoio da SPOA e da CONJUR, investiu na modalidade pregão para contratação de instituições para realização de pesquisas e capacitações. Em dezembro, foi encerrado o Pregão Eletrônico para contratação de instituição para executar a Capacitação de

Conselheiros de Assistência Social e Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família. A realização da licitação demandou um grande trabalho de análise das propostas o que acarretou um atraso no cronograma de execução do projeto, e foi finalizada com a contratação de instituições para executar a capacitação em quatro dos seis lotes licitados. Cabe ressaltar que foi feito, ainda no ano de 2009, o empenho dos recursos para a realização desta Capacitação, num total de 97,25% do orçamento para essa ação.

Capacitação

O Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais (DFAPS) foi responsável pela gestão e pela implementação das ações de capacitação que visam ampliar as competências profissionais das áreas de assistência social e transferência de renda, a partir da disseminação de conceitos e metodologias de intervenção, demandados por políticas e programas de proteção social, e de instrumentos de planejamento, gerenciamento e operacionalização de serviços e benefícios, vinculados à proteção social não contributiva.

Dentre os projetos implementados por este departamento, citamos a Capacitação de Conselheiros de Assistência Social Nacionais, Estaduais e do Distrito Federal, que foi executada pela Solar Consultoria em Gestão e Pesquisa Ltda., contratada por meio de licitação pública. Assim como o Curso de Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais realizada de março a julho de 2008, e que capacitou 1.531 gestores de 573 municípios brasileiros, de 25 estados e do Distrito Federal, em 16 lotes de capacitação distribuídos por todo o território nacional, a Capacitação de Conselheiros de Assistência Social também foi implementada de forma descentralizada visando à melhor eficiência de suas ações: a experiência da primeira fortaleceu a realização da segunda por meio de todo know-how obtido em 2008.

Os cursos da Capacitação de Conselheiros de Assistência Social Nacionais, Estaduais e do Distrito Federal foram realizados em 11 pólos: Florianópolis, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Belém, Manaus, Porto Velho, Recife, Aracaju e Fortaleza distribuídos previamente em quatro lotes: 1) Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina; 2) Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Tocantins; 3) Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia e Roraima; e 4) Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Essa capacitação aconteceu no período de 27/10 a 19/11/2009 na modalidade presencial e na atividade à distância até 15/01/2010. No total, foram oferecidas 430 vagas distribuídas entre conselheiros e secretários executivos nacionais, estaduais e do Distrito Federal. Ao final do período de inscrição contabilizou-se 349 (trezentos e quarenta e nove) inscrições válidas, o que representou aproximadamente 81% (oitenta e um por cento) das vagas ofertadas. Cada pólo teve cursos de 24 horas aula, totalizando 264 horas aula para os 11 pólos. Foram ainda acrescentadas 40 horas aula não presenciais para todos os pólos, o que nos dá, finalmente, 64 horas aula de curso e 304 horas aula de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social. A elaboração e a distribuição do material didático ficaram sob a responsabilidade da SAGI e envolveu, entre outros, a produção de textos, o desenho instrucional e toda a produção gráfica do material.

Tabela 11 – Resultados quantitativos de alunos participantes por lote de capacitação de Conselheiros de Assistência Social (2009)

Pólos	Total de Vagas (a)	Total de Inscrições (b)	Total de participantes (c)	% de participantes (c/a)
<i>Florianópolis</i>	45	46	38	84,44
<i>São Paulo</i>	55	50	41	74,54
<i>Brasília</i>	50	48	35	70,00

<i>Belo Horizonte</i>	30	40	27	90,00
<i>Rio de Janeiro</i>	30	30	20	66,66
<i>Belém</i>	50	46	45	90,00
<i>Manaus</i>	30	28	26	86,66
<i>Porto Velho</i>	30	31	26	86,66
<i>Recife</i>	50	48	36	72,00
<i>Aracajú</i>	30	30	26	86,66
<i>Fortaleza</i>	30	30	29	96,66
Total	430	427	349	81,16

Fonte: DFAPS/SAGI, 2009

Em, 2009, igualmente destacamos o acompanhamento, instalação e coordenação da Comissão de Análise da Propostas para contratação via pregão de empresas para execução dos serviços do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do programa Bolsa Família - PBF; e o apoio técnico à capacitação, em parceria com outros órgãos, de profissionais dos CRAS e CREAS no tema da violência contra as mulheres. É importante citar que estes projetos iniciarão ao longo de 2010 em função de atraso nos processos administrativos para contratação.

Dentro das ações de disseminação e capacitação também foram realizadas Oficinas de Trabalhos e Apresentação de resultados de pesquisas sob a coordenação da SAGI, para servidores e técnicos de todas as Secretarias do MDS, e de outros órgãos governamentais, além do Seminário Internacional – “Sistemas de Proteção Social: Desafios no Contexto Latino-americano”.

Tabela 12 – Atividades de capacitação (2009)

Ação	Descrição	Pessoas Capacitadas
<i>Implementação do projeto de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social Nacionais, Estaduais e do Distrito Federal</i>	<i>O projeto foi executado pela Solar Consultoria em Gestão e Pesquisa Ltda, contratada por meio de licitação pública. Os cursos foram realizados em 11 pólos, distribuídos em quatro lotes, no período de 27/10 a 19/11/2009 na modalidade presencial e na atividade à distância até 15/01/2010.</i>	349
<i>Oficina para apresentação de pesquisas</i>	<ul style="list-style-type: none"> a) Avaliação Quantitativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI Quantitativo); b) Avaliação do Projeto Implementação de Ações Estruturantes em Comunidades Quilombolas - Segunda avaliação; c) Avaliação Diagnóstica: Acesso das comunidades Quilombolas aos Programas do MDS; d) Estudos de Caso sobre Controle Social do Programa Bolsa Família; e) Avaliação dos Centros da Juventude financiados pelo MDS; f) Estudos Quali-Quantitativos sobre o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF; g) Pesquisa de Opinião sobre os programas do MDS; 	240

	<p>h) Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Modalidade Leite; e</p> <p>i) Avaliação Qualitativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI Qualitativo).</p>	
Oficina de Trabalho	a) Nivelamento de Avaliação e Monitoramento.	75
Seminário Internacional Sistemas de Proteção Social: Desafios no Contexto Latinoamericano.	Foram reunidos, durante 4 dias, 360 participantes e 60 especialistas da área de 18 países da América Latina, América do Norte, África e Europa. Realizado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o evento teve como principal objetivo promover o debate qualificado sobre os desafios para construção de sistemas de proteção social, lastreados na garantia de direitos e na articulação descentralizada de serviços e benefícios.	420
Total		1.195

Fonte: SAGI, 2009

Durante a ação de capacitação, visitas de monitoramento foram feitas por técnicos do MDS. Foram aplicados questionários de avaliação de reação, questionário de “roteiro para elaboração do relatório de conclusão da 1ª etapa do curso”, e questionário de “roteiro de visita técnica” destinado ao subsídio dos relatórios produzidos. Esses questionários e relatórios são destinados a verificar as três dimensões dos efeitos da capacitação (conhecimento, habilidade e postura) e foram, respectivamente, aplicados a todos os alunos da capacitação em todas as turmas e produzidos por técnicos da SAGI. As respostas compuseram uma base de dados construída pela SAGI para subsidiar a avaliação externa da capacitação.

No período de 11 a 14 de dezembro de 2009, aconteceu o Seminário Internacional “Sistemas de Proteção Social: Desafios no Contexto Latinoamericano”, que reuniu 360 participantes e 60 especialistas da área, totalizando 18 países representados entre América Latina, América do Norte, África e Europa. Devido a sua complexidade, contando com um protagonismo marcante da SAGI por meio do DFAPS, a organização do evento envolveu todas as secretarias do ministério, além de sua organização ter sido iniciada com mais de 5 meses de antecedência, e sua produção, desde a confecção dos Termos de Referência para contratação de empresa de eventos aos convites dos palestrantes, painelistas e autoridades nacionais e internacionais, ter se estendido durante os pouco mais de 3 meses que precediam o Seminário. O evento foi realizado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e teve, como principal objetivo, promover o debate qualificado sobre os desafios para a construção de sistemas de proteção social, lastreados na garantia de direitos e na articulação descentralizada de serviços e benefícios.

Ao longo do ano de 2009, foram 1.195 pessoas capacitadas, quando cumprimos praticamente 60% da meta planejada para este mesmo ano. Justifica-se a execução da meta física desta ação abaixo do previsto, uma vez que a finalização do Pregão nº 38/2009, cujo objeto é a contratação de instituições públicas ou privadas para a execução do Projeto de Capacitação de aproximadamente 20.000 (vinte mil) Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF), ocorreu somente no mês de Dezembro/2009, e ficou assim planejado, para ser iniciado no ano de 2010. Conseqüentemente, não houve execução física deste Projeto no ano de 2009. Cabe ressaltar, contudo, que os recursos financeiros para realização do projeto foram empenhados.

Disseminação

Os ciclos gerenciais de atividades da SAGI compreendem desde o processo de definição da atividade a ser realizada, passando por várias etapas que envolvem o desenho, a contratação e o acompanhamento dos trabalhos até a divulgação dos resultados, recorrendo a diversas estratégias, dentre elas, a produção e a disseminação de publicações. Portanto, o esforço de edição do conjunto de publicações sobre avaliação, monitoramento e capacitação promovidos pela SAGI, representa um dos componentes deste ciclo.

A disseminação do conhecimento produzido pelas ações de avaliação, monitoramento e capacitação, cumpre a dupla função de contribuir para a transparência da gestão pública e sistematizar e registrar as informações fundamentais para a retroalimentação dos programas.

Para a consecução desse componente são envidados recursos que compreendem a contratação de pessoas física e jurídica para a prestação de serviços gráficos, para a execução de serviços de revisão, tradução, diagramação, criação e outros. As referidas contratações são realizadas por meio de licitações e seleções públicas conduzidas pela Diretoria de Programas da Secretaria Executiva do MDS que gerencia os Acordos de Cooperação Técnica com organismos internacionais, a exemplo do PNUD, da UNESCO e da FAO. No processo de disseminação também são destinados recursos para o deslocamento de servidores na representação do MDS em eventos externos afetos à política de avaliação e monitoramento desenvolvida pela SAGI.

Entre as ações realizadas para alcançar esses objetivos, destacam-se: publicação de folders, periódicos e livros; realização de seminários; atendimento a gestores nacionais da área social e; participação em missões internacionais.

Durante o ano de 2009, foram lançadas 12 novas publicações, entre livros, cadernos de estudos, revistas, folders, sumários executivos das pesquisas e material didático, totalizando mais de 15 mil exemplares impressos e disponibilizados em meio eletrônico (www.mds.gov.br). Os temas abordados nas publicações priorizam os resultados das ações de capacitação, de pesquisas e das ações de monitoramento e abrangem as três áreas de atuação do ministério – Renda de Cidadania, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. A distribuição dos materiais contemplou órgãos de todas as esferas do governo, ONGs, organizações da sociedade civil, comunidade acadêmica, institutos de pesquisas e organismos internacionais.

Dentre os lançamentos destacamos a publicação dos livros: “Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil” que traz artigos que buscam estabelecer uma ponte entre a teoria que embasa a política social e a prática institucional recente materializada no Sistema Único de Assistência Social e no Programa Bolsa Família, e “Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua”, que traz os resultados do primeiro censo da população em situação de rua no Brasil e materializa um trabalho integrado desenvolvido pelo MDS, por meio da SNAS e da SAGI que vinha sendo desenvolvido desde 2008.

A ação de divulgação constitui-se em ferramenta para a retroalimentação dos gestores responsáveis pelos programas, subsidia estudos e pesquisas conduzidos por instituições acadêmicas, e atividades de fiscalização e de controle social. Assim, a transparência e a consolidação das políticas públicas são fortalecidas.

Tabela 13 - Relação das publicações editadas em 2009

Item	Execução	Publicação	Descrição
Livros	SPOA	<i>Caderno de textos: participação e controle social no SUAS</i>	<i>Organizadores: Renato Francisco dos Santos Paula e Valdete de Barros Martins. Os textos abordam as questões sobre participação e controle social no Sistema Único de Assistência Social (Suas), o protagonismo do usuário da assistência social na implementação e controle social, representação e representatividade nos conselhos e os formatos e processos de escolha dos representantes da sociedade civil nos conselhos de assistência social. Tiragem: 500 exemplares.</i>
	SPOA/PNUD Obs: Consultor pelo PNUD	<i>Capacitação: gestores sociais que mudam vidas pelo Brasil</i>	<i>Vários autores. Traz um relato humanizado sobre os gestores que compõem o quadro da assistência social no Brasil. Documenta a vida de pessoas que dedicam parte dela ao trabalho público, que têm sonhos e querem realizá-los a todo custo. Tiragem: 5000 exemplares.</i>
	UNESCO	<i>Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil</i>	<i>Vários autores. Os textos buscam estabelecer uma ponte entre a teoria (política social) e a prática institucional recente (Sistema Único de Assistência Social e o Programa Bolsa Família), mas não se constituem em simples registro da ação governamental ou em manual de execução de programas. Tiragem: 6000 exemplares.</i>
	PNUD	<i>Capacitação de conselheiros de assistência social: guia de estudos</i>	<i>Vários autores. Material didático do Projeto de Capacitação dos Conselheiros de Assistência Social Nacionais, Estaduais e do Distrito Federal, elaborado por técnicos do MDS. Tiragem: 1500 exemplares.</i>
	UNESCO	<i>Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua</i>	<i>Organização: Júnia Valéria Quiroga da Cunha e Monica Rodrigues. Esta obra materializa o resultado de um trabalho integrado desenvolvido pelo MDS, por meio da Secretaria Nacional de assistência Social (SNAS) e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Tiragem: 500 exemplares.</i>
Cadernos de Estudos	SPOA/PNUD Obs: Consultor pelo PNUD	<i>Nº 11 – Capacitação descentralizada para gerentes sociais: desenho e resultados.</i>	<i>Vários autores. Trata do projeto de Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais, uma das iniciativas do Programa Gestão Social com Qualidade, que ocorreu entre março e julho de 2008. Os artigos refletem a visão de especialistas e técnicos que trabalharam na consecução do projeto, incluindo a etapa de financiamento, a parceria com as organizações de ensino. Tiragem: 2000 exemplares.</i>
Folder	SPOA/PNUD Obs: Consultor pelo PNUD	<i>Publicações de avaliação e monitoramento das políticas e programas do MDS</i>	<i>Apresenta o conjunto de publicações com resultados de pesquisas, metodologias, indicadores e ferramentas informacionais, que integram o sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas do MDS. Tiragem: 5000 exemplares.</i>
Sumários Executivos de Pesquisas	Não foram impressos. Versão apenas online.	<i>Pesquisa de avaliação do programa de ações estruturantes nas comunidades remanescentes de quilombos: 2008.</i>	
		<i>Pesquisa de avaliação do programa de ações estruturantes nas comunidades remanescentes de quilombos: 2006.</i>	
		<i>Pesquisa qualitativa: Percepções sobre o Planseq Bolsa Família – estudo com gestores locais e elegíveis à ação</i>	
		<i>Pesquisa de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade leite (PAA – leite)</i>	
		<i>Estudos de caso sobre controle social do Programa Bolsa Família</i>	

Fonte: DFAPS/SAGI, 2009

*Outra importante estratégia para divulgação das ações do ministério e para disseminação do conhecimento produzido é a participação e apoio a eventos nacionais da área social, em especial, que tratam do tema avaliação e monitoramento, como o 33º Encontro Anual da ANPOCS. No evento o MDS participou com uma mesa redonda com o tema **“Gestão e produção de conhecimento: possibilidades de uso dos levantamentos de dados realizados por institutos nacionais de estatística”** que apresentou e discutiu as experiências brasileiras de gestores de políticas públicas, acadêmicos, e institutos nacionais de estatística, na utilização de dados levantados por esses institutos, visando à contribuição para a discussão sobre as possibilidades futuras de utilização destes dados.*

No fluxo de eventos organizados pela SAGI, em 2009 foi iniciada a produção do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, igualmente protagonizada por todas as secretarias do MDS, e que terá seu desfecho em 2010. O Prêmio tem por principal objetivo identificar, premiar e divulgar políticas e programas bem sucedidos na área de desenvolvimento social, executados nos níveis estadual, municipal e do Distrito Federal e que apresentem, em sua implementação, ações integradas; e estudos acadêmicos que tratem da integração de programas e políticas de desenvolvimento social. O evento, que terá periodicidade bianual, é regido pelo Edital Nº 1, de 19 de novembro de 2009 publicado no Diário Oficial da União.

Com relação à participação da SAGI em eventos e missões internacionais, destacamos o "XIV Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento sobre a Reforma do Estado e a Administração Pública", que aconteceu de 27 a 30 de outubro, em Salvador, e para onde a SAGI enviou, entre outros representantes, a diretora de Formação de Agentes Públicos e Sociais e a secretária de Avaliação e Gestão da Informação para expor o painel: "O desenho e a implementação da capacitação de gerências intermediárias na área de desenvolvimento social". O congresso contou com mais de 2.060 pessoas da região e do resto do mundo, vinculadas às referentes temáticas. Foram ali abordadas questões fundamentais pertencentes ao debate sobre desenvolvimento e políticas sociais. A SAGI também participou no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, que aconteceu no Rio de Janeiro de 28 de julho a 02 de agosto, onde possuíamos um stand de distribuição e divulgação das publicações da Secretaria.

Tabela 14 – Relação das missões internacionais da SAGI (2009)

Missão	Participantes da SAGI	Local/Data
<i>Missão técnica do MDS ao Ministério de Solidariedade Social do Egito</i>	<i>Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos</i>	<i>Cairo/Egito 08 a 15.03.2009</i>
<i>12º Congresso Mundial de Saúde Pública com a apresentação oral de dois trabalhos “A estratégia das Chamadas Nutricionais” e “Análise do banco de dados da PNAD 2004”</i>	<i>Departamento de Avaliação e Monitoramento</i>	<i>Istambul/Turquia 27.04 a 1º.05.2009</i>
<i>Cooperação Internacional Projeto Brasil-Canadá “Desenvolvimento de Capacidade de Governança</i>	<i>Departamento de Avaliação e Monitoramento, de Formação de Agentes Públicos e Sociais, e de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos</i>	<i>Vancouver/Canadá 22 a 26.06.2009</i>
<i>Reunião de Ministros do Desenvolvimento Social dos países membros da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI</i>	<i>Gabinete da SAGI</i>	<i>Montevidéu/Uruguai 31.07.2009</i>
<i>Oficina dos Países do Cone Sul e México sobre Monitoramento e Avaliação da Gestão Pública como Instrumento de Desenvolvimento</i>	<i>Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos</i>	<i>Assunção/Paraguai 06 e 07.08.2009</i>
<i>Compor a delegação brasileira que irá participar da Missão de Cooperação DFID/IPC</i>	<i>Departamento de Avaliação e Monitoramento</i>	<i>Nairóbi/Quênia e Acra/Gana 15 a 21.08.2009</i>
<i>Representar o Exmo. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no “Fórum Social 2009”, promovido pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas</i>	<i>Gabinete da SAGI</i>	<i>Genebra/Suíça 31.08 a 02.09.2009</i>
<i>26ª Conferência Internacional de População, apresentando o trabalho “Promover a visibilidade à luta contra a vulnerabilidade: a experiência da Pesquisa Nacional sobre Pessoas sem teto - Brasil, 2008”</i>	<i>Departamento de Avaliação e Monitoramento</i>	<i>Marraqueche/Marrocos 27.09 a 02.10.2009</i>
<i>II Reunião Conjunta de Especialistas Governamentais dos Países do MERCOSUL Responsáveis pela Elaboração de Políticas Sociais e Estatísticas, organizada pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censo do Ministério</i>	<i>Departamento de Avaliação e Monitoramento</i>	<i>Buenos Aires/Argentina 28 a 30.09.2009</i>

<i>da Economia e Finanças Públicas da Argentina.</i>		
<i>XVIII Reunião do Grupo Técnico da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL</i>	<i>Departamento de Avaliação e Monitoramento</i>	<i>Montevideu/Uruguai 12 e 13.11.2009</i>
<i>Participar da "Atividade A 2.8 do Projeto de Cooperação em Gestão Descentralizada dos Programas Sociais" realizado em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e o Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social do Peru (MIMDES)</i>	<i>Departamento de Avaliação e Monitoramento, e de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos</i>	<i>Lima/Peru 16 a 20.11.2009</i>
<i>Missão exploratório na área de Monitoramento e Avaliação, organizado pelo escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Costa Rica.</i>	<i>Departamento de Avaliação e Monitoramento</i>	<i>San José/Costa Rica 30.11 a 01.12.2009</i>

Fonte: SAGI, 2009

Desempenho Operacional

Ação 6877 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Evolução das receitas e despesas

Tabela 15 – Evolução da execução orçamentária e financeira da Ação 6877: Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007 a 2009)

R\$ 1,00

Ação	Dotação Final			Empenhado			%		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
6877 Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	9.975.486	7.372.800	4.845.486	9.975.486	7.372.800	4.712.483	100%	100%	97%

Indicadores de desempenho

Indicador de eficácia

a) Utilidade

Medir o grau de interesse (mobilização), o nível de participação e a taxa de conclusão de um projeto de capacitação.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de Cálculo

$$Ind_1 = \alpha * I_{Matr} + \beta * I_{Part} + \gamma * I_{Concl}$$

Onde:

α , β e γ representam os fatores de ponderação de cada um dos índices que compõem o indicador Ind_1 , podem variar de um projeto para outro e obedecem à seguinte relação: $\alpha + \beta + \gamma = 1$.

Todos os índices I_{Matr} , I_{Part} e I_{Concl} têm valores compreendidos entre 0 e 1.

Índice de Matrícula I_{Matr}

$$I_{Matr} = Matr / V$$

Onde:

Matr é o número de matrículas alcançado pela ação de capacitação de agentes públicos e sociais e *V* é o número de vagas ofertadas pela mesma ação. Caso $Matr > V$, o Índice de Matrícula será igual a 1: esta situação sinaliza a existência de uma demanda maior do que o número de vagas ofertadas e enseja a possibilidade de criação de um “cadastro de reservas” para suprir eventuais desistências e possibilitar o remanejamento das vagas assim liberadas.

Índice de Participação I_{part}

$$I_{part} = Part / M$$

Onde:

Part é o número de participantes efetivos da ação de capacitação de agentes públicos e sociais, e *M* representa a meta quantitativa do projeto, qual seja o número de participantes a ser alcançado. Se $Part > M$, terá havido superação da meta e o Índice de Participação será igual a 1.

Índice de Conclusão I_{concl}

$$I_{concl} = Concl / Part$$

Onde:

Concl é o número de participantes concluintes (ou aprovados) segundo critérios de avaliação de aprendizagem especificados pela ação de capacitação de agentes públicos e sociais e *Part* é o número de participantes efetivos mencionados anteriormente. O Índice de Conclusão nunca poderá ser superior a 1.

d) Método de Aferição

Os valores de *V* (vagas ofertadas) e *M* (resultado a ser alcançado pela ação de capacitação) deverão constar nos Termos de Referência da respectiva ação.

Os fatores de ponderação α , β e γ serão determinados para cada projeto de capacitação em função das suas características.

O valor de *Matr* (número de matrículas) será apurado a partir da constituição de um cadastro contendo as informações de perfil dos agentes público ou sociais que constituem o público alvo da ação de capacitação e que, ao preencher o cadastro, manifestarão o desejo de participar da ação. A montagem e atualização deste cadastro serão de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação, de acordo com modelo estabelecido pela SAGI.

O valor de *Part* (número de participantes efetivos do projeto de capacitação) será apurado a partir de registros de frequência estabelecidos para a ação. Tratando-se de capacitação presencial, o registro será feito em folha de frequência assinada pelos participantes de acordo com os critérios fixados (por aula, por expediente, etc.). No caso de capacitação à distância, a frequência será registrada a partir da medição de tempo de conexão feita pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). No caso de capacitação mista (envolvendo as duas modalidades), os dois poderão ser utilizados. Os registros de frequência serão de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação, de acordo com modelo e procedimentos estabelecidos pela SAGI.

O valor de Concl (número de concluintes) será apurado a partir dos critérios definidos na ação de capacitação para o processo de avaliação de aprendizagem. A avaliação de aprendizagem será de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação, de acordo com os termos estabelecidos pela SAGI.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

A SAGI será responsável pelo cálculo do indicador, a partir dos dados coletados e dos registros efetuados pela(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação.

f) Resultado do indicador no exercício

O indicador Ind1 para a ação de capacitação de agentes públicos e sociais foi obtido a partir dos valores a seguir apresentados e em função de parâmetros, alguns estabelecidos nos instrumentos contratuais com as Agências Capacitadoras responsáveis pela execução do projeto e outros definidos pela SAGI.

$$V = M = 1.994$$

$$A = 0,3; \theta = 0,5 \text{ e } \gamma = 0,2$$

$$\text{Matr} = 1.273$$

$$\text{Part} = 1.195$$

$$\text{Concl} = 1.195$$

$$\text{Ind}_1 = 0,3 * 1.273/1.994 + 0,5 * 1.195/1.994 + 0,2 * 1.195 / 1.195 =$$

$$0,1915 + 0,3 + 0,2 = 0,6915$$

Ou 69,15% de eficácia

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

i) Observação

Propõe-se a criação da seguinte escala para qualificar a eficácia da ação de capacitação da SAGI.

$$\text{Ind}_1 \geq 80\% - \text{muito bom}$$

$60\% \leq Ind_1 < 80\%$ - bom

$40\% \leq Ind_1 < 60\%$ - regular

$20\% \leq Ind_1 < 40\%$ - ruim

$Ind_1 < 20\%$ - muito ruim

A meta da SAGI é de que a ação de capacitação atinja, no mínimo, o conceito “bom” em eficácia.

Indicador de eficiência

a) Utilidade

Medir o custo por participante e por mês da ação de capacitação

b) Tipo

Eficiência

c) Fórmula de Cálculo

$$Ind_2 = CP_{Realizado} / CP_{Planejado} * T_{Realizado} / T_{Planejado}$$

Onde:

$CP_{Planejado}$ é o custo por participante que foi orçado

$CP_{Realizado}$ é o custo efetivo por participante

$T_{Planejado}$ é o prazo de execução da ação de capacitação tal como foi planejada

$T_{Realizado}$ é o prazo efetivo de execução da ação de capacitação

CP é o custo total CT (planejado ou realizado) dividido pelo quantitativo de participantes $Part$ (planejado ou realizado)

O valor de Ind_2 igual a 1 significa que os recursos utilizados e o prazo despendido corresponderam ao planejado. A eficiência será tanto maior quanto o indicador Ind_2 for menor, sendo inferior a 1 e a eficiência será tanto menor quanto o indicador Ind_2 for maior, sendo superior a 1.

d) Método de Aferição

Os valores planejados para CP e T serão parte do planejamento da SAGI, ao passo que os valores realizados para as mesmas variáveis serão aferidos no final da execução da ação de capacitação.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

A SAGI será responsável pelo cálculo do indicador, a partir dos dados planejados e dos registros efetuados ao final da execução da ação de capacitação.

f) Resultado do indicador no exercício

O indicador Ind_2 para a ação de capacitação de agentes públicos e sociais foi obtido a partir dos valores a seguir apresentados.

$$CT_{\text{Planejado}} = 4.845.486,00$$

$$Part_{\text{Planejado}} = 1.994$$

$$CP_{\text{Planejado}} = 4.845.486,00 / 1.994 = 2.430,03$$

$$T_{\text{Planejado}} = 7 \text{ meses}$$

$$CT_{\text{Realizado}} = 2.629.367,95$$

$$Part_{\text{Realizado}} = 1.195$$

$$CP_{\text{Realizado}} = 2.629.367,95 / 1.195 = 2.200,31$$

$$T_{\text{Realizado}} = 7 \text{ meses}$$

$$Ind_2 = 2.200,31 / 2.430,03 * 7 / 7 = 0,905$$

Este indicador mostra que o realizado quase correspondeu ao planejado (valor próximo de 1, sendo que o custo por participante realizado foi menor que o planejado e o prazo de execução real igualou o prazo de execução planejado).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Observação:

Propõe-se a criação da seguinte escala para qualificar a eficiência a ação de capacitação da SAGI.

$$0,9 < Ind_2 < 1,1 - \text{muito bom}$$

$Ind_2 < 0,9$ ou $Ind_2 > 1,1$ - bom

$Ind_2 < 0,8$ ou $Ind_2 > 1,2$ - regular

$Ind_2 < 0,7$ ou $Ind_2 > 1,3$ - ruim

$Ind_2 < 0,6$ ou $Ind_2 > 1,4$ – muito ruim

A meta da SAGI é de que a ação de capacitação atinja, no mínimo, o conceito “bom” em eficiência.

Indicador de efetividade

Devido à natureza da ação de capacitação executada, a SAGI não considera pertinente a formulação de um indicador de efetividade. Para a construção de tal indicador, seria necessário contar com resultados de uma pesquisa que pudesse avaliar os efeitos dos conteúdos apreendidos pelos capacitados, na execução local de suas atividades de gestão.

Uma pesquisa com este objetivo teria que ter um desenho extremamente complexo, além de ser longitudinal. Por um lado, seria necessário diagnosticar a situação dos serviços de assistência social e o de transferência de renda antes da capacitação, a importância relativa desse profissional selecionado na operacionalização dos serviços; acompanhar mudanças político-administrativas nos estados e municípios; procurar captar, após um período de tempo, as alterações ocorridas e separar os efeitos da capacitação de três ou quatro conselheiros ou coordenadores na execução dos serviços. Portanto, seria necessário contratar uma pesquisa para cada município para o qual se realizou a capacitação.

Análise do desempenho

Como problema recorrente, tem se a questão, da falta de pessoal para atividades que requerem um nível elevado de especialização na equipe encarregada de publicações e de organização de eventos de disseminação ou de capacitação, que apesar de ter um quadro de pessoal qualificado, o quantitativo de pessoas é extremamente reduzido, e não conta com profissionais de editoração e revisão, demandados para a produção de qualquer publicação de boa qualidade. Para garantir o atendimento desse tipo de demanda de recursos humanos, a SAGI contrata consultores individuais e realiza processos licitatórios para contratação empresas para prestação de serviços, como impressões gráficas e organização de eventos. Cabe destacar, que os procedimentos adotados são pautados em mérito, preço e impessoalidade, requeridos pela legislação brasileira e pelos organismos internacionais, demandando um período de tempo considerável e nem sempre adequado às necessidades das atividades de disseminação planejadas. Similarmente ao que ocorre em todas as contratações, a equipe interna manteve estreitas conexões com os profissionais ou empresas contratadas para garantir uma execução de serviços de qualidade.

Com o problema da morosidade nos processos de contratação em geral, há uma grande dificuldade no planejamento e na programação financeira, sobrecarregando a equipe da SAGI e impedindo a obtenção de resultados no tempo desejado. Quando se trabalha com contratações vultosas, o prazo tem oscilado de 18 a 30 meses, depois da elaboração do Termo de Referência. A SAGI, com o apoio da SPOA e da CONJUR, investiu na modalidade pregão para contratação de instituições para realização de pesquisas e capacitações. Em dezembro, foi encerrado o Pregão Eletrônico para contratação de instituição para executar a Capacitação de Conselheiros de Assistência Social e Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família. A realização da licitação demandou um grande trabalho de

análise das propostas o que acarretou um atraso no cronograma de execução do projeto, e foi finalizada com a contratação de instituições para executar a capacitação em quatro dos seis lotes licitados.

Programação Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	55101	550009

Programação de Despesas Correntes

Tendo em vista que a SAGI não é constituída como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento dos quadros acima. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pela SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

Programação de Despesas de Capital

Como a SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora, o que impossibilita o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Como a SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora, o que impossibilita o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Como a SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora, o que impossibilita o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

A SAGI não possui gestão orçamentária e financeira sobre as ações que desenvolve. Neste sentido, não houve contratações.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Como a SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora, o que impossibilita o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Como a SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora, o que impossibilita o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Despesas por Modalidade de Contratação

Como a SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora, o que impossibilita o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Como a SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora, o que impossibilita o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Como a SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora, o que impossibilita o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

Execução Orçamentária por Programa de Governo

A SAIP executa ações do programa 1049 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que não está sob sua gestão. Neste sentido, não cabe o preenchimento do presente quadro.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
08	244	1133	4963	P	03	Projeto	12	08	16
08	244	1133	4963	P	03	Projeto	61	46	88

A análise do quadro acima se encontra no “Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, DE 07 de outubro de 2009”, do presente relatório.

Indicadores Institucionais

A análise em pauta se encontra no “Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, DE 07 de outubro de 2009”, do presente relatório.

Item 3 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, DE 07 de outubro de 2009

Composição dos Recursos Humanos

Adiante, segundo as orientações da Portaria-TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009, apresenta-se a composição dos recursos humanos da unidade agregada à Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, conforme as disposições da Decisão Normativa-TCU nº 100, de 7 de outubro de 2009.

Importa ressaltar que inexistem trabalhos concluídos que forneçam um diagnóstico de necessidades quanto à composição de recursos humanos das unidades organizacionais do MDS e permitam a mensuração do quantitativo ideal de sua força de trabalho. O fato de o Órgão encontrar-se em um período de reestruturação, decorrente da estrutura imposta pelo Decreto nº 7.079/2010, implicará diretamente na ampliação das unidades administrativas da Pasta e conseqüente incremento de suas frentes de atuação, fato que demandará a gradativa majoração do quadro de servidores/trabalhadores dessas unidades.

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	6	Inexiste quota	Não há
Próprios	5	261 - Concursos Públicos (Todo o MDS e inexistente quota)	Não há
Requisitados	1	Inexiste quota	Não há
Celetistas	12	170 (Todo o MDS)	Não há
Cargos de livre provimento	26	26	Não há
Estatutários	7		Não há
Não Estatutários	15		Não há
Vagos	4		Não há
Terceirizados	8	5	Não há

O Quadro a seguir contempla a composição e os custos associados ao Quadro de Recursos Humanos da UJ, próprio e terceirizado, estando dividido em duas estruturas de informação distintas, que se descrevem a seguir.

COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
<i>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</i>						
<i>Vencimentos e Vantagens Fixas: Vencimento Básico, Complemento Salário Mínimo, Férias Antecipadas – Pessoal Permanente e Vantagem Pecuniária Individual Lei 10698/03.</i>						
<i>Retribuições: Substituição/Interino, Opção DAS – Pessoal Permanente e Vencimento DAS/NES.</i>						
<i>Gratificações: Gratificação Natalina, Adiantamento de Gratificação Natalina/Ativo, Gratificação Natalina Proporcional, FGR, GAE, GADF, FCT, GDPGTAS, GDPGPE e GSISTE.</i>						
<i>Adicionais: Adicional 1/3 de Férias.</i>						
<i>Indenizações: Férias Indenizadas/Proporcionais, Férias Indenizadas Vencidas, Auxílio-Natalidade, Auxílio-Alimentação, Ressarcimento Assistência à Saúde, Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Transporte e Acertos de Exoneração de Função.</i>						
2007	7	R\$ 11.856,35	R\$ 0,00	R\$ 59.775,79	R\$ 0,00	R\$ 11.144,21
2008	14	R\$ 44.989,37	R\$ 3.395,32	R\$ 188.454,57	R\$ 4.015,67	R\$ 32.991,04
2009	7	R\$ 113.428,46	R\$ 26.192,48	R\$ 145.877,63	R\$ 7.171,94	R\$ 30.024,51
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
<i>Vencimentos e Vantagens Fixas: Serviços Eventuais Pessoal Técnico Lei 8745/93 e Férias Antecipadas.</i>						
<i>Retribuições: Opção DAS – Permanente (anistiado).</i>						
<i>Gratificações: 13º Salário/CDT, Adiantamento 13º Salário/CDT, Adiantamento Gratificação Natalina/CDT, Gratificação Natalina Proporcional/CDT Gratificação Natalina/CDT (747, 82398 e 82409).</i>						
<i>Adicionais: Adicional 1/3 de Férias (220, 750, 82402 e 82413).</i>						
<i>Indenizações: Férias Indenizadas/Proporcionais, Auxílio-Alimentação, Ressarcimento Assistência à Saúde, Assistência Pré-Escolar, Férias Vencidas/Proporcionais CDT, Auxílio-Transporte, Férias Vencidas CDT (82401 e 82412), Férias Proporcionais CDT (82408 e 82419) e Acertos de Exoneração de Função.</i>						
2007	9	R\$ 381.700,00	R\$ 0,00	R\$ 45.750,00	R\$ 9.499,99	R\$ 14.965,85
2008	9	R\$ 594.520,00	R\$ 0,00	R\$ 76.774,15	R\$ 13.607,74	R\$ 24.217,57
2009	12	R\$ 1.009.510,56	R\$ 0,00	R\$ 123.623,32	R\$ 33.132,72	R\$ 25.485,84
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						

Para estas categorias foram considerados como Vencimentos e Vantagens Fixas a remuneração percebida pelo exercício do cargo em comissão, sua opção e cargo de natureza especial, bem assim os valores percebidos a título de subsídio.								
2007	17	R\$ 482.178,76	R\$ 2.605,15	R\$ 63.344,9	R\$ 11.842,39	R\$ 44.001,09		
2008	16	R\$ 765.996,1	R\$ 2.660,31	R\$ 96.253,71	R\$ 18.045,26	R\$ 46.171,9		
2009	17	R\$ 854.720,5	R\$ 14.017,88	R\$ 112.168,69	R\$ 27.023,74	R\$ 43.684,95		
Requisitados com ônus para a UJ								
Foram considerados como Retribuição os valores custeados a título de exercício de cargo em comissão, os pagamentos de substituição/interino e opção DAS – Pessoal Permanente.								
2007	0	R\$ 0,00	R\$ 22.736,63	R\$ 3.399,85	R\$ 755,52	R\$ 352,00		
2008	0	R\$ 0,00	R\$ 32.320,27	R\$ 3.558,51	R\$ 808,41	0,00		
2009	0	R\$ 0,00	R\$ 33.305,23	R\$ 3.637,84	R\$ 808,41	0,00		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	7	R\$ 0,00	R\$ 335.710,02	R\$ 48.985,16	R\$ 8.934,2	R\$ 15.761,88		
2008	6	R\$ 0,00	R\$ 370.583,63	R\$ 48.172,86	R\$ 10.147,4	R\$ 7.219,81		
2009	6	R\$ 0,00	R\$ 328.860,14	R\$ 42.307,34	R\$ 12.075,06	R\$ 10.501,34		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	-	-	275	R\$ 15.443.445,44	174	R\$ 9.771.489,11	43	R\$ 171.663,57
2008	-	-	278	R\$ 15.508.300,45	174	R\$ 9.771.489,11	48	R\$ 178.386,56
2009	-	-	279	R\$ 15.461.465,36	176	R\$ 9.883.805,07	49	R\$ 229.796,73

**Dados consolidados no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.*

De acordo com a Portaria-TCU n.º 389, de 21 de dezembro de 2009, os dados de terceirização referem-se ao prestador de serviço vinculado a contrato firmado entre a UJ e empresa fornecedora de mão de obra. No caso do contrato de apoio administrativo e atividades de área-fim, unicamente regidos pelo Contrato nº 03/2005, é vinculado tão somente à UJ Secretaria Executiva.

Os dados referentes aos estagiários refletem a totalidade do MDS tanto no quantitativo quanto nos custos, em virtude da impossibilidade do desmembramento por UJ junto ao sistema SIAPE.

A Indenização denominada Ajuda de Custo é instruída via processo e custeada no âmbito do MDS via sistema SIAFI, não sendo possível sua totalização por UJ, mas sim de forma geral.

Nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 foram custeados os seguintes valores:

2007: R\$ 191.531,27;

2008: R\$ 132.507,47;

2009: R\$ 154.570,32.

Contratos de Terceirização de área-fim

O Quadro abaixo discrimina os contratos de terceirização de mão-de-obra para contratação de pessoal de Área-fim, sendo composto de uma única estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
Ordinária	Nº 03/2005	01.596.964/0001-07	02/2005	28/02/2010	343	340	116	115	A

Observação: 61 (sessenta e um) postos de trabalho de nível médio e os 116 (cento e dezesseis) postos de nível superior estão inclusos no cumprimento do Termo de Conciliação Judicial – TCJ objeto dos autos do processo nº 00810.2006.017.10.00.7, celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho.

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Os resultados dos indicadores elaborados e propostos para o Plano de Capacitação do MDS no exercício de 2009 constam do Relatório de Gestão afeto à Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva, dentro do qual se apresenta o (Quadro de Indicadores dos Parâmetros de Gestão, avaliados de acordo com a ponderação sugerida no quadro Ponderação dos Indicadores.

Análise Crítica

Na qualidade de agregada à Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva, as ponderações atinentes à análise crítica de recursos humanos constam de seu Relatório de Gestão, cabendo salientar que todos os pontos abordados aplicam-se à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, principalmente quanto à necessidade de contínuo fortalecimento quantitativo e qualitativo da equipe, com vistas à obtenção de um perfil de força de trabalho adequados à execução de suas atribuições.

A recomposição do quadro de pessoal do Órgão mediante a realização de concursos públicos e processos seletivos simplificados trouxe significantes contribuições à consecução das frentes de atuação da SAIP.

Espera-se que com a instituição da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Públicas Sociais (Lei nº 12.094/2009) seja incorporado à unidade um perfil de profissional apto a planejar, desenvolver e gerenciar os programas e projetos

levados a efeito em cumprimento à missão institucional do MDS, assegurando a efetividade na execução da política de desenvolvimento social do Governo Federal.

Item 4 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07 de outubro de 2009

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não há.

Item 5 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07 de outubro de 2009

Pagamento de Restos a Pagar

Como a Unidade Gestora 550010 está inativa, os valores de restos a pagar das ações anexas à SAGI constam do relatório de gestão da Secretaria Executiva e das demais entidades que executaram estas dotações, em face da SAGI ser UG apenas responsável e não executora.

Item 6 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07 de outubro de 2009

Não se aplica, em razão de não ter sido celebrado convênios ou instrumentos congêneres.

Item 7 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07 de outubro de 2009

Não se aplica, uma vez que a SAGI não possui quadro próprio de pessoal.

Item 8 da Parte A do Anexo II da DN TCU N° 100, de 07 de outubro de 2009

Não há.

Item 9 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07 de outubro de 2009

Renúncias Tributárias concedidas pela UJ

Não se aplica.

Item 10 da Parte A do Anexo II da DN nº 100, de 07 de outubro de 2009

Não há.

Item 11 da Parte A do Anexo II da DN nº 100, de 07 de outubro de 2009

Não há deliberações do TCU para a SAGI.

Item 12 da Parte A do Anexo II da DN nº 100, de 07 de outubro de 2009

Atos de Registros no SISAC/TCU

No decorrer do exercício foram realizados e registrados no Sistema SISAC 8 (oito) atos de admissão e 9 (nove) atos de desligamento na SAGI.

SAGI		
ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
<i>Admissão</i>	8	8
<i>Desligamento</i>	9	9
<i>Aposentadoria</i>	0	0
<i>Pensão</i>	0	0

Item 13 da Parte A do Anexo II da DN nº 100, de 07 de outubro de 2009

Não houve contratos, convênios, contratos de repasses e termos de parcerias no âmbito da SAGI.

Item 1 da Parte B do Anexo II da DN nº 100, de 07 de outubro de 2009

Não se aplica, uma vez que a UG 550010 é apenas responsável e não executora no SIAFI, encontrando-se inativa.